

FONTES DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E JUVENTUDE: UM ESTUDO DE REVISÃO

SOURCES OF INFORMATION, COMMUNICATION AND YOUTH: A REVIEW STUDY

Tuffy Felipe Brant

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, SP
tuffy.brant@muz.ifsuldeminas.edu.br

Maria Silvia Moraes

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, SP
msmoraes@famerp.br

Resumo. Embora os jovens tenham fácil acesso a informação sobre saúde sexual e reprodutiva e aos comportamentos de risco associados às práticas sexuais, esta informação nem sempre é segura. Além disso, os meios de comunicação se mostram frágeis e podem influenciar os jovens a terem comportamentos sexuais de risco. Este é um estudo de revisão bibliográfica que tem como objetivo contribuir com a produção do conhecimento sobre comunicação e fontes de informação sobre saúde sexual e sexualidade na juventude.

Palavras-chave: Comunicação, Fontes de Informações, Saúde Sexual, Sexualidade, Juventude

Abstract. Although young people have easy access to information about sexual and reproductive health and risk behaviors associated with sexual practices, this information is not always safe. Moreover, the media have been showing fragile and can influence young people to have sexual risk behavior. This is a bibliographic review, which aims to contribute to the production of knowledge about communication and sources of information about sexual health and sexuality in youth.

Keywords: Communication, Sources of information, Sexual Health, Sexuality, Youth.

INTRODUÇÃO

Investir na educação é uma estratégia crucial para o desenvolvimento da qualidade da saúde sexual e reprodutiva dos jovens. Para isso, é importante considerar a rede de relações e as comunicações às quais esses sujeitos estão expostos. Estas incluem, não apenas professores e profissionais da saúde, como também fontes de informação e diálogo, pais, família, amigos e outros membros da sociedade (NERY et al., 2015).

A comunicação e informação em saúde sexual e reprodutiva dos jovens, foco deste trabalho, é uma tarefa delicada e complexa. Entre outros aspectos, é necessário saber quando, como e o que abordar sobre o assunto. Assim, é importante que “os agentes da comunicação” estejam preparados para assumirem essa responsabilidade, mostrando-se participativos, esclarecendo dúvidas e minimizando a informação distorcida ou ineficiente.

De acordo com Hyde et al. (2013) e Nery et al. (2015), tanto os profissionais da saúde quanto os da educação, precisam extrapolar o modelo de intervenção reducionista que privilegia os aspectos biológicos da sexualidade. É importante discutir a sexualidade em uma dimensão maior, considerando seus aspectos sociais, culturais, físicos, psicológicos e emocionais.

As intervenções de saúde no meio social em que vivem os jovens devem propiciar conhecimento de qualidade, que contemple as necessidades desses sujeitos e reduza a vulnerabilidade a que eles estão expostos, de modo a favorecer uma vida sexual saudável (HYDE et al., 2013). No entanto, a comunicação entre os jovens, a família e as instituições educativas e de saúde ainda se mostra frágil, necessitando mais discussões e investimentos efetivos sobre os riscos e problemas para saúde (AYALEW et al., 2014; THOMAS et al., 2013; DAVIS et al., 2013).

Os pais são indicados como importantes educadores em relação à sexualidade. Entretanto, relatam despreparo e dificuldades em manter o diálogo em casa, delegando essa função a terceiros. Mesmo sendo um contexto ideal para formação desses indivíduos, a abordagem da sexualidade feita em casa



pela família é feita de forma superficial, carregada de valores culturais e morais, que dificultam a aquisição de informações precisas e completas (NERY et al., 2015).

A escola e as unidades de saúde têm importante papel na transmissão de conhecimentos essenciais para uma vida sexual e reprodutiva saudável. Apesar disso, esses setores ainda privilegiam a biologização da sexualidade e excluem a subjetividade dos diálogos, tornando as conversas monótonas e repetitivas (HYDE et al., 2013).

Considerando o poder da comunicação e educação que pais e mães detêm sobre seus filhos nessa fase da vida, é relevante mencionar o quanto é importante a escola envolver as famílias, sobretudo, nos programas e atividades pedagógicas que tratam desse tema. Da mesma forma, deve-se valorizar estratégias criadas entre família, escolas e unidades de saúde para providenciar uma melhor comunicação no contexto familiar dos jovens, contribuindo para uma vida mais saudável (MELAKU et al., 2014; MARQUES; RESSA, 2013).

A insatisfação e curiosidades levam os jovens a buscarem respostas utilizando fontes de informação diversificadas. Entre elas estão amigos da mesma faixa etária, parceiros e mídia. No entanto, essas fontes podem repassar informações incompletas ou distorcidas, sem uma real confiabilidade. Assim, é importante estimulá-los a buscarem informações precisas e confiáveis que tenham impacto positivo sobre seus conhecimentos, práticas e atitudes sexuais (WILSON et al., 2010; NERY et al., 2015)

A partir de uma revisão de literatura sobre o tema em questão, este estudo busca contribuir com maior conhecimento sobre comunicação e informação na saúde sexual e reprodutiva

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão da literatura sobre informação e comunicação na saúde sexual e reprodutiva dos jovens. Para o levantamento, utilizou-se os bancos de dados PUBMED e LILACS, tendo como descritores os termos: communication and information about sexual and reproductive health, e, para o refinamento de busca, o termo adolescents and Young, bem como seus correspondentes na língua portuguesa. Foram selecionados artigos publicados entre os anos de 2010 e 2015, com textos completos, disponíveis e gratuitos. Foram excluídos deste estudo artigos de revisão, dissertações, teses, temas não relacionados, bem como aqueles em que os sujeitos da pesquisa não se adequavam ao público alvo deste estudo.

Fluxograma

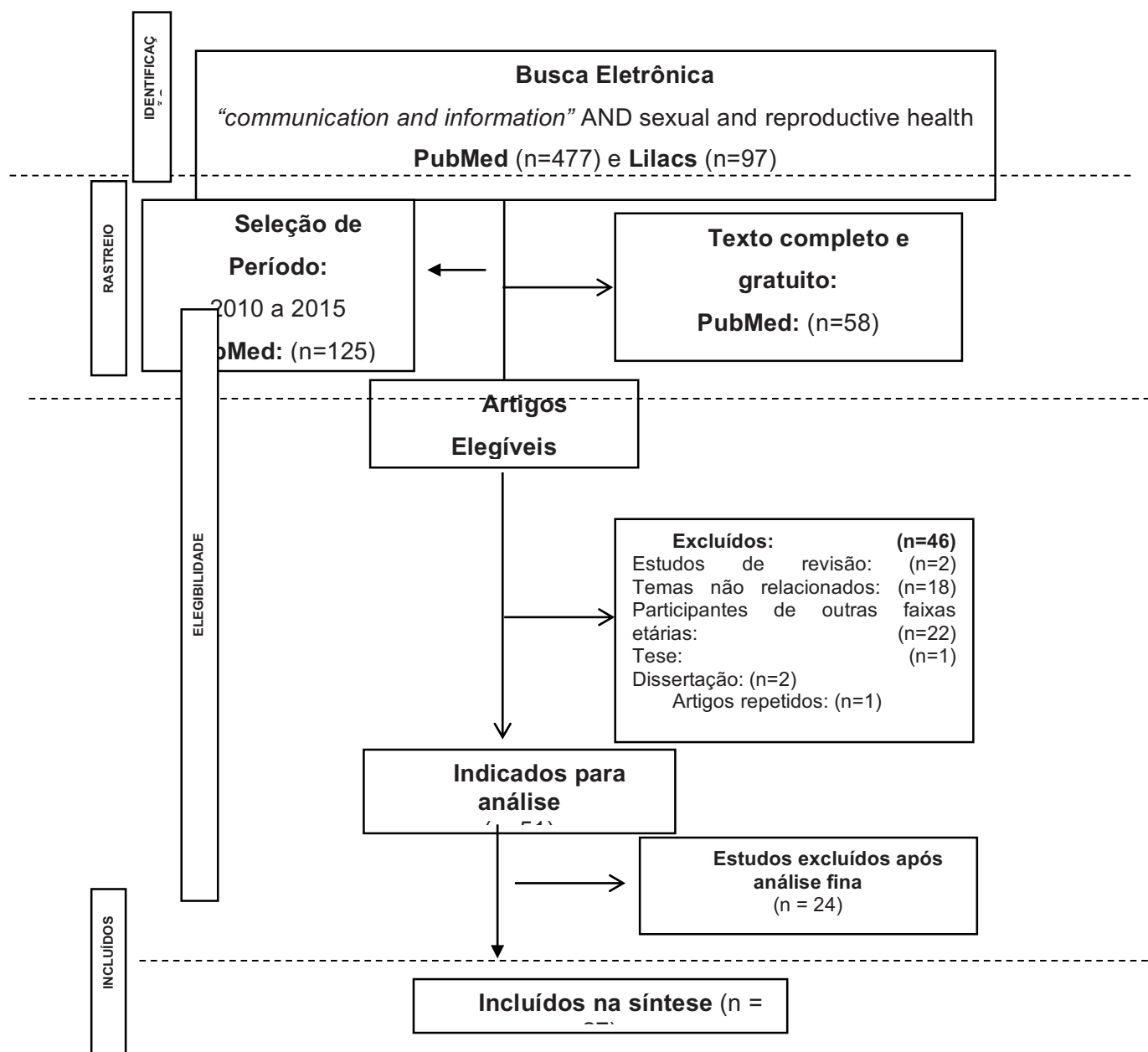


Figura 1 – Representação sistemática do método de rastreamento e dos resultados obtidos.

O cenário global

Comunicação e informação sobre saúde sexual e reprodutiva são questões de saúde pública apontadas como responsáveis pela qualidade de vida dos jovens. Praticar sexo seguro depende do contexto informacional do adolescente e da sua relação com os interlocutores, da utilização de material informativo e de medidas educacionais e de saúde pública que visam proteger esses sujeitos dos riscos que comprometem a saúde (AMARAL et al., 2015)

O estudo de Nery et al. (2015, p. 291) revelou que os pais têm um papel fundamental nas atitudes sexuais dos filhos. Segundo os autores, “a abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e filhos é insuficiente, falha e pouco precisa”. A conversa entre eles normalmente é superficial e não contempla as perspectivas dos jovens, assim, eles acabam utilizando outras fontes de informação, como amigos, escola, profissionais, instituições da saúde e internet.

Tanton e colaboradores (2015), identificaram que entre os anos de 1990 e 2010 a escola foi a mencionada como a maior fonte de informações sobre assuntos sexuais por cerca de 80% dos participantes do estudo. Em seguida aparecem amigos da mesma idade, pais e profissionais de saúde.

A escola tem um papel importante na saúde sexual e reprodutiva dos jovens. No trabalho de Macdowall et al. (2015) revelou-se que, os jovens que tiveram a escola como maior fonte de informações sobre saúde sexual, relataram menor frequência de comportamentos sexuais de risco.

Comportamentos de risco podem ser consequência de informações distorcidas e equivocadas, ou a falta de informações. Nessa fase da vida, os jovens ficam mais vulneráveis aos riscos e mais suscetíveis às doenças sexualmente transmissíveis (DST) e gravidez indesejada. (TANTON et al., 2015; MACDOWAL et al., 2015)

Dados do Ministério da Saúde indicaram que no período dos anos 2000 a 2006, foram registrados 19.793 casos de AIDS em jovens com idades entre 13 e 24 anos no Brasil, representando 80% dos casos notificados” (AMARAL et al., 2015).

Fatores como, falta de diálogo familiar, constrangimento, medo e dificuldades dos pais em conversar com os filhos sobre saúde, reprodução e sexualidade podem aumentar a desorientação do jovem (AMARAL et al., 2015; BORGART et al., 2013). Embora seja difícil manter uma comunicação aberta com o jovem, esse diálogo é um bom início para reduzir os riscos que poderiam comprometer o planejamento de suas vidas (NERY et al., 2015). Na opinião dos autores, é importante que os pais insistam em manter um diálogo com os filhos, visto que eles são partícipes das ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva de seus filhos.

Os profissionais e órgãos de saúde também são fontes de informação e participam do processo de comunicação, principalmente em relação às dúvidas relacionadas às DST/AIDS. No entanto, essas fontes de informação são procuradas de forma ocasional e moderada. As barreiras encontradas pelo jovem para acessar os serviços de saúde são entre outras, os custos, a falta de tempo e, principalmente, a falta de confiança. Uma pesquisa realizada por Vahdat et al. (2013) revelou que os jovens disseram sentir-se desconfortáveis em visitar os serviços de saúde por medo de serem julgados.

Um estudo feito por Kennedy et al. (2013) observou que a razão mais comum dos jovens acessarem os serviços de saúde sexual e reprodutiva era para buscarem informações ou conselhos. Os autores identificaram que o principal valor dos serviços de saúde sexual e reprodutiva estava na prevenção de doenças, gravidez indesejada ou acesso a exames. Além disso, quanto mais complexo é o assunto a ser abordado, maior é a procura de informação através de médicos e enfermeiros. (AMARAL et al., 2015)

Profissionais da saúde também demonstraram ter dificuldades em dialogar com os jovens sobre saúde sexual e sexualidade. Em geral, a informação se concentra nos aspectos biológicos, enquanto os aspectos emocionais, culturais e sociais não são contemplados (VAHDAT, 2013). Apoiado em Fonseca et al. (2010) e Luna et al. (2012), Amaral (2015, p.496), revelou que “o enfermeiro tem um papel importante como educador em saúde” e trabalha para o contexto sociocultural dos adolescentes. A autora cita que, “nas atividades educativas realizadas em um ambiente acolhedor com jovens, são verbalizadas dúvidas, havendo envolvimento, trocas de informações e vivências, resultando na construção do conhecimento coletivo”. Esse trabalho aparece de forma eficiente, no que diz respeito à aprendizagem de temas relacionados à sexualidade e prevenção de doenças (AMARAL et al., 2015).

Enquanto os jovens sentem dificuldades de conversarem com seus pais ou de se comunicarem de forma mais aberta com as instituições educacionais ou de saúde, falar sobre sexo e reprodução com amigos da mesma faixa etária parece ser mais fácil para eles. Tanton e colaboradores (2015), encontraram em uma pesquisa realizada com 3869 participantes de ambos sexos, com idades entre 16 a 24 anos, que 2/3 tinham em amigos da mesma faixa etária (exceto amigos parentes), a maior fonte de informação sobre sexualidade. O mesmo estudo revelou que namorados e namoradas aparecem como a terceira fonte de informação e comunicação. Da mesma forma, na pesquisa de Macdowall et al (2015), realizada com 3408 jovens de ambos os sexos, com idades entre 17 a 24 anos, os parceiros (namorados e namoradas) foram apontados como fonte de informação secundária.

Um dos fatores responsáveis pela utilização de amigos e parceiros como fontes de informação e comunicação é a confiabilidade e afinidade que os jovens têm para com seus pares. No entanto, essa informação obtida com colegas ou parceiros pode comprometer a qualidade da saúde sexual e reprodutiva dos jovens, uma vez que é transmitida sem credibilidade, repleta de valores culturais e morais. Nesse contexto, o jovem pode não compreender a informação e absorver saberes equivocados (NERY et al., 2015; TANTON et al., 2015).

A internet e a mídia apresentam-se também como fontes de informação sobre este assunto. Vale a pena destacar que a mídia, de certa forma, induz a iniciação sexual cada vez mais cedo, o que pode aumentar as chances do jovem contrair DST, uma vez que, em geral, quanto mais novo ele for, menos informação consubstanciada ele terá. (AMARAL et al., 2015; HEALEY, 2014; NELSON, 2014). De acordo com o Boletim Epidemiológico (2015), o número de casos de Aids notificados e declarados no Brasil, nas idades entre 20 e 24 anos, no período de 1980 a 2015, aumentou de 17.876 para 42.989. Isso demonstra o aumento da vulnerabilidade dessa população para DST/AIDS.

Os jovens estão cada vez mais conectados às redes sociais, utilizando instrumentos tecnológicos, como aplicativos de telefones, chats, entre outros. Isso torna a comunicação e informação cada vez mais rápida. No entanto, essa comunicação pode ser imprecisa e incompleta onde muitas informações equivocadas são tomadas como verdades e se disseminam por entre os jovens. (NERY et al., 2015; NELSON, 2014). Esse fato pode aumentar os riscos para saúde sexual e reprodutiva, principalmente quando o jovem passa a se comportar tendo como referências essas informações. É fundamental que os pais saibam orientar seus filhos nesse sentido.

Pais e filhos

A família e a escola são os principais responsáveis pela formação dos jovens, por serem formadores de valores, opiniões e de referência humana. Assim, eles são protagonistas na orientação do jovem sobre saúde sexual e sexualidade.

A adolescência e juventude são fases em que ocorrem mudanças físicas, emocionais e psicológicas importantes para o desenvolvimento da vida. A maturação sexual reflete diretamente nos comportamentos sociais do jovem que estão em busca de uma identidade própria, liberdade e autonomia de comportamentos. Nessas mudanças comportamentais, podem aparecer conflitos entre pais e filhos que dificultam a comunicação entre eles (RIBEIRO; FERNANDES, 2009; OLIVEIRA et al., 2009)

Os pais têm dificuldades de falar sobre sexo com os filhos e acabam transferindo essa tarefa para a escola. As tentativas de falar sobre o assunto são bloqueadas pelos jovens, que temem julgamentos ou não se sentem seguros para manterem um diálogo aberto com os pais (NERY et al., 2015; AMARAL et al., 2015; MACDOWALL et al., 2015; CUPP et al., 2013).

Um diálogo aberto significa permitir que o jovem discuta suas dúvidas sem tabus, de forma participativa, em que ele passe a não somente ouvir, mas expor suas dúvidas e a esclarece-las. Entretanto, muitos pais se sentem incapacitados de falar sobre a temática e acabam adiando ou resistindo o início de uma conversa (AMARAL et al., (2015).

Além do medo e vergonha de tocar no assunto, os pais acabam reproduzindo o que viveram quando jovens, ou seja, falta de espaço para diálogos, informações incompletas, tabus, enfoque biológico e preventivo que os levam a ter um ideário restrito sobre sexualidade. No estudo de Amaral et al. (2015, p.289) percebeu-se que “a maioria dos pais ainda tinham dificuldade em saber ‘o que’ abordar e de quando falar sobre sexualidade. A maioria tratava apenas a parte biológica da sexualidade (ligada ao coito), assim como as questões ligadas à contracepção e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis”. Há pais que ainda mantêm o pensamento de que essa conversa deve ser necessária apenas a partir do momento em que o filho encontra um parceiro (MACDOWALL, 2015).

Além disso, a literatura faz apontamentos sobre as diferenças de gênero em relação à comunicação. Normalmente, os homens preferem falar sobre o assunto com os pais e as mulheres com as mães. O Estudo de Tanton et al. (2015) revelou que as mulheres falavam mais com os pais, sobre saúde sexual e sexualidade, em relação aos homens. A pesquisa revelou ainda que elas se sentem mais à vontade de conversar com a mãe do que com o pai. Isso é reflexo da cultura, portanto pode variar de acordo com os valores, religião e região.

Em muitos lugares do mundo não se permite que mulheres falem sobre sexualidade com os pais antes do casamento, uma vez que, teoricamente, elas não teriam nenhum tipo de atividade sexual antes do matrimônio (BOYARD et al., 2014; CUPP et al., 2013; MELAKU et al., 2014). Em lugares onde a religião é extrema e opressora, muitos jovens não conversam com os pais sobre sexo e reprodução porque é absolutamente proibido. Temerosos com as atitudes negativas dos pais, os jovens preferem não buscar informação, por medo das consequências que podem sofrer. (HEALEY, 2014; VAHDAT et al., 2014; KENNEDY et al., 2013). Nesses contextos, prevalece uma visão reducionista sobre sexualidade, que para os pais simboliza um fator de risco para seus filhos. Assim, preferem inibir ou

reprimir qualquer tipo de conversa, repetindo-se o ciclo em gerações futuras e aumentando os fatores de riscos para saúde sexual. Diante de tantas barreiras, muitos pais transferem esse papel para a escola.

O jovem e a escola

A preocupação com problemas de saúde sexual na juventude vem estimulando o Ministério da Educação (MEC) a realizar projetos de orientação sexual nas escolas, tais como trabalhos multidisciplinares com enfoque no tema orientação sexual.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o país. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (MEC, 1997, p.13)

A inclusão do tema transversal nos PCN busca inserir e difundir temas de urgência nacional na escola, como orientação sexual, a fim de proporcionar um espaço que privilegie e favoreça uma abordagem pluralista que contribuam com a formação global do aluno.

Foi proposto que a orientação sexual deveria ser articulada com diversas disciplinas e outros temas, tais como: ética, saúde, gênero, meio ambiente e pluralidade cultural. A tentativa de descentralizar o tema em diversos campos disciplinares se apresenta como uma forma de favorecer abordagens pluralistas e interdisciplinares. Nesta perspectiva, haveria um envolvimento e comprometimento dos professores de todas as disciplinas, frente às manifestações expressas nas falas e nos comportamentos dos alunos. O enfoque pedagógico da orientação sexual nas escolas privilegiaria questões relacionadas ao gênero, à sexualidade e à afetividade (ALMEIDA et al., 2011, p.108).

De acordo com as propostas dos PCN, a escola seria o lugar privilegiado para comunicação e informação dos jovens sobre o tema. No entanto, ainda se mostra fragilizada para tratar pedagogicamente do assunto (ALMEIDA et al., 2011; NERY et al., 2015; AMARAL et al., 2015).

Os educadores necessitam de recursos que ultrapassem sua própria carga de valores e visão de mundo. Percebe-se que a forma como o educador se manifesta “é produto de sua formação pessoal e profissional que antecede seu momento docente” (ALMEIDA, 2011, p.109). Isso pode dificultar o diálogo escola/aluno, que tem o professor como um modelo de formação humana. Assim, é importante que esses profissionais tenham capacidade e disponibilidade para tratar da temática, a partir de capacitação continuada de habilidades, que transcenda a visão do senso comum e supere as barreiras estereotipadas, buscando estabelecer uma relação de confiança com o aluno (ALMEIDA, 2011). Essa relação é fundamental para que o aluno se sinta à vontade para falar sobre suas dúvidas e opiniões, construindo a partir dessas experiências, saberes e valores que impactarão em suas condutas sexuais.

Construir e desenvolver esse espaço na escola seria um salto qualitativo para o processo educacional que vem ao encontro das perspectivas dos PCN. Nesse sentido, a escola passa a ser referência de saúde sexual e reprodutiva para os jovens. Para isso, é importante descentralizar o modelo autocrático de ensino, onde só o professor detém o conhecimento e o transmite de acordo com a sua maneira de pensar a sexualidade. É preciso que se abra o espaço dialógico, onde jovens e educadores possam debater questões e informações, incorporando o conhecimento em suas vidas (ALMEIDA, 2011)

Aspectos sociais, culturais e cognitivos devem ser considerados na abordagem do tema. Convém analisar o que os jovens trazem de informação, suas crenças, valores, sentimentos e opiniões em relação à sexualidade. A partir dessa leitura, tem-se um ponto de partida que ajudará os educadores a organizarem seus projetos de intervenção pedagógica. O papel da escola seria proporcionar novos saberes, esclarecer dúvidas e questões de maneira completa e satisfatória, possibilitando o jovem a trilhar seu caminho de forma crítica, a conscientizá-lo dos riscos, para então assumir suas atitudes e responsabilidades (MARQUES; RESSAB, 2013)

Dos educadores, espera-se que eles sejam não só facilitadores do conhecimento, mas orientadores comprometidos socialmente. Que reforcem, extrapolem e problematizem o tema orientação sexual, privilegiando a ética e a cidadania (ALMEIDA, 2011).

Segundo Marques e Ressab (2013), os currículos escolares parecem compreensivos quando tratam de temas como sexualidade, gravidez indesejada, DST, evasão escolar e orientação sexual. Entretanto, o que se vê são conteúdos frágeis e insuficientes. Há escolas que organizam seus conteúdos programáticos dando ao tema sua real importância. Isso acontece porque existem leis que alimentam o tratamento pedagógico do tema.

OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÕES

Espera-se que os jovens se informem sobre saúde sexual e reprodutiva de forma segura e completa, diminuindo assim comportamentos de risco. No entanto, quando a comunicação e a informação não os satisfazem, eles também buscam respostas através de outras fontes, como por exemplo, amigos da mesma faixa etária, parceiros, televisão, redes sociais e internet (TANTON et al., 2015; MELAKU et al., 2014; BYRON et al., 2013; MBEBAL et al., 2012; MONTEIRO et al., 2010; VELHO et al., 2010; FARIH et al., 2014)

Os jovens conversam sobre sexo de forma natural. Há uma série de confidências sobre experiências, relatos de casos de terceiros, dúvidas e curiosidades. Nesse contexto, muitas informações são transmitidas de maneira incompleta, distorcida ou equivocada que o jovem toma como um saber acabado (MONTEIRO et al., 2010; BYRON et al., 2013)

Porém, ao pensar que o jovem reconhece esses saberes como verdades, suas atitudes podem expô-lo a maiores riscos e que podem comprometer suas trajetórias de vida. A tramitação desses “mitos” pode aumentar, propagando a informação imprecisa, principalmente entre os grupos mais jovens e menos informados, tornando os jovens um grupo mais vulnerável aos riscos para sua saúde sexual e reprodutiva (HYDE et al., 2013; BYRON, et al, 2013)

De certa forma, a mídia expõem o jovem cada vez mais cedo em contato com assuntos ligados ao sexo, contracepção e DST/AIDS. Nesse caso, a informação chega mais rápida, e, junto dela, curiosidades e dúvidas (MERCER et al., 2015). Entretanto, o enfoque que a mídia dá sobre o tema é superficial e incompleto e, na maioria das vezes, as informações não fazem parte da realidade dos jovens. (VELHO et al., 2010).

No estudo de Tanton et al. (2015) constatou que apesar da disponibilidade da internet, os jovens ainda preferem utilizar a escola, amigos e pais como fonte de informação. Ao contrário, em culturas onde os valores religiosos impedem um diálogo aberto com pais e escola, a internet se torna uma fonte poderosa de conectividade, com grande flexibilidade de sub fontes (FARIH et al., 2014; HEALEY, 2014).

Tanto na mídia quanto na internet, a informação é abrangente e veloz. Porém, ambos carregam mitos e/ou inversão de valores. Portanto, a abordagem educativa vinda dessas fontes permanece insuficiente, levando o jovem a valorizar costumes que colocam sua saúde em risco. Nesse contexto, é necessário que estes sujeitos sejam orientados pela família e escola para que sejam mais criteriosos em suas atitudes e escolhas (FARIH et al., 2014).

CONCLUSÃO

Os pais possuem dificuldades em dialogarem com os filhos sobre sexualidade e saúde sexual. No entanto, são eles as primeiras fontes de informação que os jovens terão em suas vidas, o que reforça a importância de um diálogo aberto entre pais e filhos, que permita uma orientação sexual adequada e segura.

A escola aparece como um lugar ideal e acessível para tratar de temas relacionados à sexualidade, embora apresente fragilidades no sistema educacional que impedem ou dificultam certos avanços.

Os serviços de saúde também são utilizados como fontes e adotam medidas preventivas a fim de reduzir os riscos para saúde sexual, porém tendem a fazer uma abordagem biológica sobre o tema, negligenciando fatores culturais e emocionais da juventude que refletem no desenvolvimento da sexualidade.

A mídia, a internet e os amigos são fontes de comunicação e informação bastante utilizadas pelos jovens, mesmo podendo influenciá-los de forma negativa.

Entendemos que o tema comunicação e fontes de informação requer uma abordagem mais extensiva, que permita conexões entre pais, escolas, amigos, centros de saúde e outras fontes de informação que fazem parte do universo da juventude. Nesse sentido, é preciso articular de forma sistemática e contínua a construção da comunicação e informação que privilegie e considere todas as fontes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. A. et al. Orientação sexual nas escolas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v 32, n 1, p 107-13, 2011.

AMARAL, H. B. et al. As práticas sexuais dos graduandos de enfermagem e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. **Revista Enfermagem UERJ**, v 23, n 4, p. 494-500, 2015.

AYALEW, M., MENGISTIE, B., SEMAHEGN, A. Adolescent parent communication on sexual and reproductive health issues among high school students in Dire Dawa, Eastern Ethiopia: a cross sectional study. **Reproductive**, p. 11-77, 2014. Disponível em: <http://www.reproductive-health-journal.com/content/11/1/77>.

BORGAT, L. M. et al. Let's talk! A south african worksite-based HIV prevention-parenting program. **Journal Adolescent Health**, v 53, n 5, p. 602–608, 2013.

BYRON, P., ALBURY, K., EVERS, C. “It would be weird to have that on Facebook”: young people’s use of social media and the risk of sharing sexual health information. **Reproductive Health Matters**, v 21, n 41, p. 35-44, 2013. Disponível em: <http://www.rhm-elsevier.com>.

BRASIL, M. S. **Boletim Epidemiológico HIV/AIDS**. Brasília: MS, 2015. Disponível em: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2015/58534/boletim_aids_11_2015_web_pdf_19105.pdf.

_____, M.E.C. Secretaria da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos PCN**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

CUPP, P. K. et al. The impact of Thai family matters on parent/adolescent sexual risk communication attitudes and behaviors. **Journal Health Community**, v 18, n 11, p. 1384–1396, 2013.

DAVIS, A. N. et al. “Everyone just keeps their eyes closed and their fingers crossed”: Sexual health communication among black parents and children in Nova Scotia, Canada. **International Journal for Equity in Health**, pp. 12-55, 2013. Disponível em: <http://www.equityhealthj.com/content/12/1/55>.

FARIH, M. et al. Protocol study: sexual and reproductive health knowledge, information-seeking behavior and attitudes among Saudi women: a questionnaire survey of university students. **Reproductive Health**, p 11-34, 2014. Disponível em: <http://www.reproductive-health-journal.com/content/11/1/34>.

HEALEY, G. Inuit parent perspectives on sexual health communication with adolescent children in Nunavut: “It is kind a hard for me to try to find the words”. **Health Research Centre Canada**, p 1-6), 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3402/ijch.v73.25070>.

HYDE, A. et al. The silent treatment: parents' narratives of sexuality education with young people. **Cult Health Sex**, v 12, n 4, p. 359-71, 2010.

KENNEDY, E. et al. "Be kind to young people so they feel at home": a qualitative study of adolescents and service providers' perceptions of youth-friendly sexual and reproductive health services in Vanuatu. **BMC Health Services Research**, v 13, n 455, 2013. Disponível em: <http://www.biomedcentral.com/1472-6963/13/455>.

MACDOWALL, W. et al. Associations between source of information about sex and sexual health outcomes in Britain: findings from the third National Survey of Sexual Attitudes and Lifestyles. (**Natsal-3**) **BMJ Open**, p.1-10, 2015. Disponível em: <http://bmjopen.bmj.com/content/5/3/e007837#BIBL>.

MARQUES, M., RESSAB, N. The Sexuality Education Initiative: a programme involving teenagers, schools, parents and sexual health services in Los Angeles, CA, USA. **Reproductive Health Matters**, v 21, n 41, p. 124–135.

MBEBAL, R. M. et al. Barriers to sexual reproductive health services and rights among young people in Mtwara district, Tanzania: a qualitative study. **Pan African Medical Journal**, v 1, n 13, 2012.

MELAKU, Y. A. et al. Sexual and reproductive health communication and awareness of contraceptive methods among secondary school female students, northern Ethiopia: a cross-sectional study. **BMC Public Health**, v 14, n 2458, p. 14-252, 2014. Disponível em: <http://www.biomedcentral.com/>.

MERCER, C. H. Patterns and trends in sources of information about sex among young people in Britain: evidence from three National Surveys of Sexual Attitudes and Lifestyles. **BMJ Open**, p. 1-10, 2015. Disponível em: <http://bmjopen.bmj.com/>.

MONTERO, A., GONZÁLEZ, E. Principales consideraciones bioéticas em la atención em salud sexual y reproductiva em adolescentes. **Revista Chilena Obstétrica Ginecológica**, v 75, n 4, p. 272 – 277, 2010.

NELSONA, E. O. et al. The unintended consequences of sex education: an ethnography of a development intervention in Latin America. **Anthropology & Medicine**, v 21, n 2, p. 189-201, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13648470.2014.918932>.

OLIVEIRA, D. C. et al. Atitudes, sentimentos e imagens na representação social da sexualidade entre adolescentes. Esc. Anna Nery. **Revista Enfermagem**, v 13, n 4, p. 817-23, 2009.

NERY, I. S. et al. Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. **Acta Paul Enfermagem**, v 28, n 3, p. 287-92, 2015.

RIBEIRO, M. I. B., FERNANDES, A. J. G. Comportamentos sexuais de risco em estudantes do ensino superior público da cidade de Bragança. **Revista Psicologia, Saúde & Doenças**, v 10, n 1, p. 99-113, 2009.

TANTON, C. et al. Patterns and trends in sources of information about sex among young people in Britain: evidence from three National Surveys of Sexual Attitudes and Lifestyles. **BMJ Open**, p. 1-10, 2015.

THOMAS, R. et al. Community attitudes about discussing sexual health: assessing public opinion of local STD prevention campaigns. **Public Health Reports**, v 1, n 128, p. 73-80, 2013.

VAHDAT, H. L. et al. There are some questions you may not ask in a clinic: Providing contraception information to young people in Kenya using SMS. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, v 123, p. 2-6, 2013.

VELHO, M.T.A.C. et al. Estudo sobre a sexualidade entre universitários moradores de casas do estudante do Sul do Brasil. **Revista da AMRIGS**. V 54, n 4, p. 399-405, 2010.

MINIBIOGRAFIA

Tuffy Felipe Brant (tuffy.brant@muz.ifsuldeminas.edu.br)



Mestre em Psicologia e Saúde pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto/SP (2016), Graduado e Licenciado em Educação Física pelo Centro Universitário de Belo Horizonte/MG (2004), Especialista em Treinamento Esportivo e Fisiologia do Exercício pelo Centro Universitário de Volta Redonda/RJ (2005), Especialista em Ginástica Rítmica pela Universidade Norte do Paraná - Londrina/PR (2011). Preparador Físico (Sydney e Brisbane/Austrália, 2013). Professor do curso superior de educação física na Fundação Helena Antipoff - Ibirité/MG (2009 a 2011), Professor do curso superior de educação física no Centro Universitário de Formiga/MG (2007 e 2008). Atualmente é Professor efetivo do curso superior de educação física (bacharelado e licenciatura) do Instituto

Federal do Sul de Minas. Pesquisa na área de Educação Física, com ênfase na Ginástica e Dança, enfocando nas seguintes temáticas: pedagogia do esporte aplicado à ginástica rítmica e ginástica artística; ginástica e dança na escola, artes corporais e educação física.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6016390320492245>

Maria Silvia de Moraes (mstmoraes@famerp.br)

Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985), mestrado em Epidemiologia pela Universidade Federal de São Paulo (1996) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000). Atualmente é professor assistente da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto e professor assistente da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: escolares, uso de drogas, migração, gênero e migração.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0797025354871785>